

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**REQUERIMENTO Nº , DE 2015
(Da Sra. Professora Dorinha Seabra Rezende)**

Requer, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública com a presença do Senhor Aloizio Mercadante, Ministro de Estado da Educação; do Senhor Antonio Idilvan de Lima Alencar, Presidente do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE; do Senhor Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios; e da Senhor Alessio Costa Lima, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, para discutir os entraves na liberação de repasses de recursos dos programas PEJA, Brasil Carinhoso, PDDE/2015 e atualização de planilhas de obras do FNDE.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, convidar o Senhor Aloizio Mercadante, Ministro de Estado da Educação; o Senhor Antonio Idilvan de Lima Alencar, Presidente do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE; o Senhor Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios; e o Senhor Alessio Costa Lima, Presidente da União Nacional dos

Dirigentes Municipais de Educação, para discutir os entraves na liberação de repasses de recursos dos programas PEJA, Brasil Carinhoso, PDDE/2015 e atualização de planilhas de obras do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

J U S T I F I C A T I V A

A maioria dos municípios brasileiros está tendo sérias dificuldades com a liberação de recursos orçamentários provenientes dos programas federais, que atualmente o Ministério da Educação não tem liberado. Esses subsidiam várias ações da gestão municipal no âmbito de educação, como capacitações, aquisição de material didático-pedagógico, subsídio em folha de pagamento de professores que atuam com a modalidade EJA, subsídio em projetos educacionais através do PDDE, entre outros investimentos diretos em educação.

Sem esses repasses, os municípios não conseguem financiar os seus sistemas de ensino, onde os recursos próprios são insuficientes.

Outra dificuldade é a atualização de planilhas de obras do FNDE, que tem provocado a paralisação de ações desenvolvidas pelas secretarias municipais, levando a resultados insatisfatórios para a qualidade do ensino e consequentemente à inadimplência financeira das prefeituras.

Por essa razão, o intuito da realização de audiência pública é discorrer sobre esta difícil situação que a educação municipal está passando com a participação de representantes do Governo Federal, dos municípios e da sociedade civil.

Dante do exposto, conto com o apoio dos meus ilustres pares
nesta Comissão para a aprovação deste requerimento.

Sala das sessões, em 20 de outubro de 2015.

PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE
Deputada Federal
DEMOCRATAS/TO